

# **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

## **PROJETO DE LEI Nº 1.941, DE 2015**

Acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proibição de revista íntima nos empregados nos locais de trabalho.

**Autor:** Deputado LUIS TIBÉ

**Relator:** Deputado EXPEDITO NETTO

### **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em análise acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proibição de revista íntima nos empregados nos locais de trabalho.

O projeto tem por escopo introduzir os artigos 444-A e 444-B. O primeiro artigo veda o procedimento de revista corpórea íntima nos empregados, com ou sem a exigência de retirada das vestes. O segundo artigo estipula multa de cinco mil reais em favor do empregado, dobrado na reincidência, sem prejuízo de eventual indenização por danos morais ou materiais.

O autor justifica o projeto alegando que é necessário estender aos homens a proteção da intimidade que já foi garantida às mulheres por intermédio da aprovação do art. 373-A da CLT que vedou ao empregador ou preposto proceder a revistas íntimas nas empregadas ou funcionárias.

A proposta foi aprovada por unanimidade pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, em 23 de novembro de 2016, conforme parecer apresentado pela Exma. Dep. Flávia Moraes.

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, aguarda análise do mérito e da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (art. 54 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD). A matéria tramita sob o regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva das Comissões.

Fomos designados para relatar a matéria no dia 10 de abril de 2017. Findo o prazo regimental, não foram apresentadas emendas no prazo regimental de cinco sessões.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

Conforme determina o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art. 32, IV, a), cumpre que esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se pronuncie acerca da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição em análise e, conforme determinado pela Presidência da Casa no despacho inicial, também uma avaliação quanto ao mérito.

Compete à União, conforme estatui a Constituição Federal em seu artigo 22, inciso I, legislar privativamente sobre direito do trabalho, e ao Congresso Nacional, conforme o artigo 48 da Carta Magna, deliberar sobre a matéria.

Estão obedecidas as normas constitucionais cujo exame cabe a esta Comissão:

- 1) competência legislativa da União (art. 22, inciso I);
- 2) atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (art. 48); e
- 3) legitimidade da iniciativa concorrente (art. 61, *caput*).

A técnica legislativa da proposição não merece reparos. Também não vislumbramos na proposição qualquer injuridicidade.

No que tange ao mérito, entendemos que a intimidade corpórea dos trabalhadores é um bem a ser garantido independentemente do gênero de seu titular. Tal direito é garantido em nossa Constituição pelos Princípios da inviolabilidade e da privacidade.

A proibição da revista pessoal em mulheres foi discussão precedente em função da maior exposição feminina aos riscos da revista pessoal conduzida por empregadores ou prepostos, mas o princípio defendido, quando da alteração realizada em prol da dignidade da trabalhadora, deixou de considerar o princípio constitucional da igualdade.

Neste sentido, o projeto é oportuno e meritório. Contudo, entendemos que o alcance da proposição pode ser mais amplo. Conforme entendimento da ANAMATRA, que acolhemos, a proteção à intimidade dos empregados abrange também a proibição expressa da revista de bens pessoais do empregado.

O empregador, detentor dos meios de produção, dirigindo a prestação pessoal do trabalho, conforme artigo 2º da CLT, dispõe de meios para controlar o acesso à área de trabalho e a saída do empregado, sem que o mesmo tenha que se submeter a revistas em seu corpo ou em seus bens pessoais.

Analogamente vemos a proteção que o comércio em geral tem em relação aos seus bens com os consumidores que frequentam lojas e supermercados no país. Nestes estabelecimentos, em sua grande maioria, sequer há guarda-volumes, fazendo o empresário a proteção do seu patrimônio através de câmeras e sensores em portas de saída, não necessitando fazer o consumidor passar qualquer constrangimento de revista de bens pessoais ou mesmo corporal.

Neste sentido, optamos por apresentar um substitutivo que terá maior abrangência e eficácia na proteção à intimidade e vida privada dos empregados estendendo a proibição também aos bens pessoais do empregado, dando, assim, a completa proteção constitucional ao trabalhador, conforme artigo 5º, X, da Constituição Federal de 1988.

Neste sentido, devemos deixar claro tanto a proibição de que o empregado e seus pertences sejam manipulados pelos empregadores, mas também facultar o uso de meios de vigilância não invasivos, eletrônicos ou não, que possibilitem a preservação do patrimônio dos empreendimentos.

Em virtude do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei n.º 1.941, de 2015, na forma do substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em        de        de 2018.

Deputado EXPEDITO NETTO  
Relator

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.941, DE 2015

Acrescenta artigos à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proibição de revista íntima nos empregados nos locais de trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

“Art. 444-A. É vedada qualquer revista íntima em empregados.

Parágrafo único. Considera-se revista íntima o procedimento em que os empregados têm o seu corpo vistoriado mediante contato físico com ou sem a exigência de despir-se.

Art. 444-B. A inspeção de pertences dos empregados pelo empregador só será permitida por intermédio de sistemas de vigilância, inclusive eletrônicos, vedada a manipulação direta por qualquer pessoa.

Parágrafo único. O empregador fica autorizado a reter os pertences e acionar a autoridade policial caso os sistemas de vigilância, inclusive eletrônicos, indiquem indícios de crime ou contravenção penal.

Art. 444-C. O descumprimento do disposto nos artigos 444-A e 444-B sujeita o empregador ao pagamento de multa no valor de cinco mil reais em favor do empregado prejudicado, independente de indenização arbitrada em juízo por danos morais e materiais, e será aplicada em dobro no caso de reincidência.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em        de        de 2018.

Deputado EXPEDITO NETTO  
Relator